

MANFREDO DE SOUZANETTO  
OLHE BEM AS MONTANHAS, STICKER, 1974.

OLHE BEM AS MONTANHAS...

# DO DESASTRE ÀS POLÍTICAS DO PÓS- DESASTRE: CONTORNOS E HORIZONTES DE UM CAMPO DE ESTUDOS

VINICIUS CARDOSO REIS\*

**RESUMO** A No presente artigo, apresento uma revisão bibliográfica focada em um conjunto de trabalhos específicos e pouco explorados no Brasil, sobretudo na sociologia e na antropologia: os estudos do desastre. Inicialmente, reconstruo o campo semântico dessa literatura, destacando a noção de desastre como categoria central de análise. Em seguida, exploro a ideia de pós-desastre, um recorte temporal empregado pelos autores analisados como momento que se segue ao acontecimento principal. Por fim, construo o conceito original de política do pós-desastre, reunindo toda sorte de esforços engendrados por diferentes atores para a recomposição da vida no pós-desastre. Além disso, proponho, como agenda de pesquisa para esse conceito, compreender sua implementação concreta a partir de uma interação teórico-metodológica com os estudos das políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE** estudos do desastre; políticas públicas; políticas do pós-desastre.

## FROM DISASTER TO POST-DISASTER POLICIES: OUTLINES AND NEW HORIZONS FOR A FIELD OF STUDY

**ABSTRACT** In this article, I review works in the field of disaster studies, a research expertise that remains unexplored in Brazil, especially in the domains of sociology and anthropology. Initially, I recompose the semantic field of this literature, highlighting the notion of disaster as a central category of analysis. Then, I analyze the idea of post-disaster, a notion presented by the authors as a moment that follows the main event. Finally, I introduce the original concept of post-disaster policy, encompassing all sorts of efforts engendered by different actors to restore life in the post-disaster. And I propose, as a research agenda for this concept, to understand its concrete implementation through a theoretical and methodological interaction with the studies of policies.

**KEYWORDS** disaster studies; policies; post-disaster policies.

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

## 1. Introdução

A partir de meados do século XX, com a percepção de uma crescente magnitude dos eventos trágicos associados a causas naturais, tecnológicas e humanas, começou a se formar um conjunto de estudos que analisavam os elementos e os processos revelados por tais acontecimentos. Os “*disaster studies*” (DODIER, 2015; GAILLARD, 2019), nomenclatura geral utilizada para esse campo, explorariam, nas décadas seguintes, uma diversidade de episódios em diferentes regiões do mundo: de furacões, erupções e terremotos a rompimentos de barragens, vazamentos industriais e contaminações radioativas, passando, em alguns casos, por conflitos armados e ataques terroristas.

Em sua construção como campo, os estudos do desastre no âmbito das ciências humanas conformam um espaço interdisciplinar no qual se cruzam contribuições diversas: na sociologia, as análises mais globais e estruturais de processos complexos; na antropologia, o foco nas práticas e nos atores; na economia política, o estudo das vulnerabilidades socioeconômicas que originam e agravam os desastres. É a partir dos aportes dessas e de outras áreas, como as ciências exatas e naturais, que os estudos do desastre se mostram um campo específico em suas análises e plural em seu potencial de aplicação.

Neste artigo, estabeleço um encadeamento de três ideias, de modo a propor uma dimensão analítica nova para os estudos do desastre. Em síntese, apresento uma revisão bibliográfica que parte da ideia de “desastre” para compreender as peculiaridades do “pós-desastre” e propor uma definição e uma abordagem analítica para o conceito que nomeio “políticas do pós-desastre”. Ao longo desse processo, são identificados os principais contornos da literatura, tomando essas três noções como fio condutor das reflexões.

Nesse encadeamento de ideias, o conceito de “desastre” surge como uma categoria analítica em disputa, mas também referida a partir de uma definição mínima: a

existência de um evento, a identificação de vulnerabilidades, a percepção de dinâmicas sociais relacionadas ao acontecimento, a presença de novos paradigmas temporais na visão dos atores e a abordagem das dificuldades vivenciadas por grupos e indivíduos afetados (OLIVER-SMITH, 1996; REVET, 2007; JONES; MURPHY, 2009; HUET, 2012). Com isso, foi possível localizar essa noção em meio a um campo semântico diversificado, destacando-a como base sobre a qual se fundam estudos específicos sobre tais acontecimentos e suas consequências.

Em seguida, exploro a ideia de pós-desastre, apresentada na literatura não como conceito analítico, mas como descrição de um recorte temporal e de um conjunto de atividades que mobilizam os atores após a ocorrência de um desastre. Nesse ponto, o pós-desastre pode ser compreendido a partir de duas dimensões distintas, mas que não se excluem: a dos momentos, que identifica uma série de situações temporais sucessivas no desenrolar dos acontecimentos que seguem o evento principal (REVET, 2007), e a das políticas, que foca nos esforços dos atores para recompor a vida afetada (TORRY, 1978; DAS, 1996; PETRYNA, 2002; LE MENTEC; ZHANG, 2017). Esses dois aspectos, muitas vezes, são mesclados nos diversos trabalhos sobre desastres, mas consistem, ainda assim, em enquadramentos relevantes para o estudo do pós-desastre.

Já na última seção do texto, proponho o conceito de “políticas do pós-desastre” para abranger uma pluralidade de atividades de reconstrução, recuperação, assistência, ajuda, reestabelecimento, entre outras definições frequentes. E, a partir da reunião desse conjunto de fenômenos como parte de um mesmo conceito, apresento uma agenda de pesquisa a partir de aproximações em relação à literatura sobre projetos e políticas públicas.

Assim, observando a implementação de políticas do pós-desastre como um processo complexo que envolve uma pluralidade de atores na construção de mediações entre “dispositivos” e “práticas” (REVET; LANGUMIER, 2015), proponho traçar paralelos para enquadrar tais políticas a partir de uma ideia central, ainda não empregada pela literatura de desastres: a noção de “vida social dos projetos, organizações e profissionais” (MOSSE, 2005, p. 6).

Portanto, no esforço de construir uma revisão bibliográfica capaz de identificar os contornos do campo e de apontar horizontes para novos estudos, parto das diversas interpretações do desastre, inclusive de suas múltiplas definições e interpretações, para

chegar, finalmente, à recomposição material e imaterial da realidade afetada a partir de políticas do pós-desastre. Nessa interpretação da realidade, é a destruição gerada pelo acontecimento que conduz a iniciativas de recomposição em um momento posterior, organizadas a partir de determinadas políticas que são concretamente implementadas por uma pluralidade de atores sociais.

Vale, contudo, uma ressalva sobre o campo de estudos mobilizado e analisado neste artigo. Apesar de desastres ocorrerem em várias partes do mundo, a literatura sobre esses eventos se manteve predominantemente anglófona, tendo como principais referências acadêmicos radicados em universidades da Europa e dos Estados Unidos. Em contraposição, seus objetos de estudo são eventos extraordinários ocorridos, mais comumente, na América Latina, na África, na Ásia e no Pacífico – regiões sub-representadas na produção científica sobre o tema e nas perspectivas retratadas nos trabalhos (CARRIGAN, 2015; GAILLARD, 2019).

Tendo isso em vista, não proponho, neste artigo, a mera importação de um arcabouço bibliográfico sem qualquer crítica. Na realidade, apresento um conjunto de enquadramentos e propostas que podem se revelar úteis para análises desenvolvidas no Brasil – como, por exemplo, estudos sobre o desastre de Mariana (FALCÃO *et al*, 2016; ZHOURI, 2016; VITTI, 2017; ZUCARELLI, 2018) –, entendendo que determinados conceitos têm o potencial de inspirar a análise de acontecimentos concretos e suas consequências. Desse modo, busco contribuir para a bibliografia nacional sobre os mais variados eventos trágicos e, ao mesmo tempo, propor uma nova perspectiva para o conjunto já consolidado de estudos focados em desastres.

## *2. Reconstruindo um campo semântico: o desastre como categoria analítica*

Diante da ocorrência de eventos que interrompem a normalidade e geram efeitos avassaladores, um primeiro nível de debate se estabelece no próprio enquadramento dos fatos sob análise. Por mais que possa parecer trivial, classificar o ocorrido a partir de termos como desastre, tragédia, catástrofe ou acidente, bem como destacar seus atributos naturais, humanos ou tecnológicos, são escolhas que trazem implicações de

extrema relevância. Levando isso em conta, busco analisar, nesta primeira seção, os sentidos atribuídos ao termo “desastre” na literatura especializada, trazendo o significado etimológico e o potencial analítico dessa noção.

Adentrar o debate terminológico sobre a definição de acontecimentos dessa magnitude é capaz de nos oferecer alguns esclarecimentos importantes. E isso pode ser feito a partir de dois focos distintos: uma chave mais ampla, focada em interpretações de grande escala, como as propugnadas por Bensa e Fassin (2002) e por Das (1996); e uma classificação mais estrita a partir de definições específicas, como desastre e catástrofe, conforme observado em uma gama de autores. Nesta seção, esses dois focos serão desenvolvidos.

No plano mais geral, Bensa e Fassin (2002) propõem uma abordagem a partir do conceito de “evento”. Para os autores, o “evento” engloba aqueles acontecimentos da modernidade que produzem uma ruptura de inteligibilidade na vida, inaugurando o lugar do incerto e do extraordinário em um determinado contexto. Nessa interpretação deleuziana, tais episódios dão origem a uma temporalidade distinta daquela mais linear, estruturada em passado, presente e futuro. Os “eventos” criam novos paradigmas temporais, em um movimento catalisador e sintomático.

Diante disso, os atos de viver e de analisar os “eventos” tornam-se duas operações distintas e complementares (BENSA; FASSIN, 2002). A primeira passa por compreender a realidade a partir de uma vida afetada e redefinida pelo acontecimento, qualificando-o como origem de um novo momento conformado pela perda dos quadros de leitura da realidade e pelo regime do extraordinário. Nesse aspecto, o “evento” é um ponto de fratura que cria um paradigma distinto. A segunda operação leva isso em conta, mas também se apresenta como construção do “evento” a partir de elementos internos e externos a ele. Assim, analisar o “evento” internamente corresponde a estruturar uma narrativa que leve em conta os fatos e os efeitos do acontecimento. Já externamente, isso significa colocar o “evento” em contraposição e comparação a seus semelhantes, compondo séries de “eventos” com traços similares.

A perspectiva analítica apresentada pelos autores leva em conta a existência, na modernidade, de acontecimentos que se singularizam, originando novos paradigmas, articulando fatos pretéritos e futuros e redefinindo vivências e entendimentos sobre a realidade. Nesse sentido, a categoria de Bensa e Fassin (2002) se aproxima daquilo que Das (1996) chamou de “evento crítico”.

A noção de “evento crítico” diz respeito aos acontecimentos que se desdobram de forma rápida e implacável, a despeito de qualquer resistência. Segundo a autora, configura-se como uma transformação no espaço que lança as pessoas – e suas vidas e rotinas – em novos e imprevisíveis terrenos, desestabilizando toda uma rede de sabedorias e práticas e transformando as relações sociais, políticas e econômicas. A partir desses acontecimentos, novos modos de ação vêm à tona e redefinem categorias tradicionais. Adicionalmente, novas formas são adquiridas por atores políticos distintos, originando práticas discursivas e não discursivas (DAS, 1996).

Os “eventos críticos” observados pela autora representam uma leitura da realidade baseada na contingência e no caráter acidental dos caminhos que se apresentam ao longo do tempo. Nessa perspectiva, refletida na experiência das vítimas, a vida se converte, essencialmente, em uma configuração de acidentes. Ela não é guiada por leis da história ou da sociedade, mas por uma série de eventos contingentes (DAS, 1996). A noção de evento crítico é, portanto, central para compreender o caráter de incerteza permanente e de rotinização da contingência que se apresenta a partir do acontecimento extraordinário.

Desse modo, os “eventos” e os “eventos críticos” contribuem para a conformação de um plano mais geral de interpretação, compondo uma percepção sobre os acontecimentos extraordinários em duas dimensões especiais: seu efeito sobre a percepção e a experimentação da vida e do tempo, criando um ponto de ruptura que afeta a forma como os atores e os analistas lidam com os fatos e seu encadeamento; e seu efeito de normalização das incertezas, inserindo a contingência no cotidiano e tornando rotineiras as mudanças introduzidas pelo evento.

Esses dois elementos são importantes ao transferirmos o plano de análise para o emprego de termos mais específicos da literatura. Os estudos do desastre se inserem em um rico campo semântico que nos remete aos significados históricos e atuais das palavras empregadas. Nesse sentido, a primeira análise que merece destaque é a de Huet (2012), que se propõe a resgatar historicamente os sentidos carregados por diversos termos. Segundo ela, as noções de calamidade, catástrofe, perigo e risco, em suas respectivas origens, estão associadas a incertezas e acontecimentos de um mundo bastante distinto do atual: calamidade estaria relacionada ao risco de fome ou perda de uma colheita; catástrofe representaria o momento de queda e infortúnio na tragédia

grega, selando o destino do herói; perigo, por sua vez, teria maior associação aos riscos financeiros envolvidos em contratos e transações incertos; e a noção de risco simbolizava as ameaças que o mar oferecia às vidas dos navegantes. Assim, apesar de esses termos terem assumido distintas conotações no uso corrente e terem se associado a determinados contextos, todos seriam etimologicamente vinculados a situações bastante específicas.

Em contraste, isso não ocorre com a noção de desastre, segundo demonstra Huet (2012). O desastre compõe um tipo de infortúnio bem mais grave e abrangente. Para ela, a ideia de desamparo ou abandono que a noção de desastre carrega é marca da sua potência totalizante e da multiplicidade de empregos possíveis do conceito. Tomando a influência dos astros como componente etimológico, estar implicado em um desastre significaria, então, não poder contar com forças cósmicas para guiar e organizar a vida – um acontecimento de magnitude e abrangência singulares.

Em uma abordagem menos focada na origem e mais preocupada com o emprego dos termos, Revet (2007) destaca que a distinção fundamental a ser feita no plano semântico para encontrar uma categoria adequada está associada a fatores culturais e linguísticos: o termo desastre seria mais recorrente na literatura anglo-saxônica sobre o tema, ao passo que catástrofe seria mais comum na bibliografia francesa. Entretanto, esse movimento de aproximar os significados dos dois termos e distanciá-los apenas na forma omite uma nuance: Revet (2007) parece associar o desastre e a catástrofe a causas exclusivamente naturais, não reconhecendo o potencial dessas categorias para o estudo de eventos que podem estar vinculados a fatores humanos ou tecnológicos.

Apesar dessa ressalva, que será abordada por outras definições presentes na bibliografia especializada, tanto Huet (2012) quanto Revet (2007) apresentam pontos que se confirmam em outros textos: o termo desastre, com sua gravidade e sua abrangência aliadas a uma pluralidade de usos, parece ter sido adotado em larga escala por uma série de autores; e essa percepção vem, principalmente, de um conjunto de estudos produzidos predominantemente em inglês. Assim, seria possível tratar a noção de desastre como categoria analítica, servindo ao enquadramento de fatos e episódios concretos em sua diversidade de causas e consequências.

Oliver-Smith (1996), ao tratar da definição dessa noção central, destaca que desastres são eventos ou processos que ocorrem na interface entre a sociedade, a tecnologia e o meio ambiente e se apresentam como consequência das interações de tais elementos. Esses acontecimentos, que tendem a ser totalizantes, revelam a insuficiência das estruturas operantes em determinada sociedade, bem como sua incapacidade de se adaptar ao ambiente social e natural ao redor. Assim, o desastre seria caracterizado por superar a capacidade de resistência ou recuperação de um grupo social, atividade econômica ou infraestrutura (WISNER *et al.*, 2004 apud OLIVER-SMITH, 2009).

A presença de uma marca de vulnerabilidade é um elemento fundamental do desastre, sendo recorrente na literatura. Tierney, Bevc e Kuligowski (2006) destacam que o potencial para o desastre se revela quando eventos extremos – sejam eles naturais, tecnológicos ou causados por intenções humanas – encontram-se com ambientes ou populações vulneráveis. E, como reiteram Convery, Corsane e Davis (2014), esse encontro, qualquer que seja sua forma – isto é, independentemente do evento que lhe dê origem –, assume a feição de desastre ao exceder a capacidade humana de recuperação.

<sup>1</sup> No original: “*a tragedy experienced by a human group at the hands of an identifiable event, mitigated by local capacity and broader intervention, and measured in terms of economic, spiritual, psychological, biological, political, or social impact*”.

Outro elemento de grande importância é a compreensão dos impactos e a capacidade de reação, tanto local quanto de estruturas maiores. Jones e Murphy definem o desastre como “uma tragédia vivida por um grupo humano a partir de um evento identificável, mitigada pela capacidade local e pela intervenção mais ampla, e mensurada em termos de seu impacto econômico, espiritual, psicológico, biológico, político ou social” (JONES; MURPHY, 2009, p. 5, tradução livre).<sup>1</sup>

Desse modo, a partir da articulação de elementos específicos e de componentes mais gerais, o campo de estudos explorado oferece o conceito de desastre como ferramenta analítica capaz de captar distintas dimensões dos acontecimentos extraordinários. Assim, uma definição adequada de desastre parece ser aquela que, percebendo-o como processo, leva em conta: (a) o evento que o originou; (b) as vulnerabilidades às quais estavam submetidos os atores afetados; (c) seus impactos objetivos nos planos macro e micro; e (d) seus impactos subjetivos, medidos a partir das incertezas, das novas temporalidades e do sofrimento vivenciado pelos atores no cotidiano.

O desastre vai muito além do desamparo ou do desalinhamento astral que dá origem ao termo. Trata-se de uma forma própria de “evento” e “evento crítico” e, adicionalmente, um conceito que imprime gravidade e abrangência próprias sobre o estudo

dos acontecimentos que interrompem e redefinem vidas e realidades. Assim, o desastre engloba (e ultrapassa) o risco, o perigo, a calamidade, a tragédia, a catástrofe, a emergência e as outras noções que ocupam seu campo semântico. E, em toda sua potência analítica, permite o estudo de uma ampla gama de acontecimentos.

Se é possível, então, conceber o desastre como categoria apta à compreensão de um processo complexo catalisado em torno de um acontecimento, esse reconhecimento traz consigo uma decorrência lógica: a todo desastre corresponde um pós-desastre. Esse novo momento, que é mais um enquadramento temporal que um conceito analítico, abrange um conjunto de esforços classificados, na literatura e no uso corrente, como resposta, resgate, superação, reabilitação, recuperação, assistência, entre outras denominações. Na seção a seguir, tratarei mais a fundo desse momento, recompondo sua pluralidade semântica e explorando duas dimensões de análise que os estudos do desastre oferecem para os fatos que sucedem o acontecimento principal.

### *3. O pós-desastre: entre momentos e políticas*

Nos estudos do desastre, a ideia de um pós-desastre surge como descrição de um período que se segue ao acontecimento principal. Assim, não se apresenta como categoria analítica na literatura; é mais uma forma de encapsular todos os fatos que sucedem o desastre. Nesta seção, exploro esse estágio, configurando o pós-desastre a partir de dois elementos: os momentos que o compõem e as políticas que são adotadas nesse contexto.

Na perspectiva aqui proposta, falar na ocorrência de desastres implica o reconhecimento do pós-desastre como momento próprio, com temporalidade particular e esforços que o destacam do acontecimento original. Diante das grandes proporções do desastre, múltiplas complicações se colocam para os atores da região afetada no período posterior. Em uma dessas dimensões, o cotidiano é permeado pelas diversas vivências, percepções e explicações sobre o que foi o evento vivido, o que ele representou e por que ocorreu. No entanto, boa parte do tempo, da energia e dos recursos são orientados para os esforços de recomposição material e imaterial da vida e do cotidiano.

O pós-desastre é, afinal, um período marcado por situações específicas e determinados momentos que se sucedem e se cruzam. Na bibliografia aqui analisada,

o pós-desastre é, por vezes, diretamente referenciado, mas também surge indiretamente, a partir de diferentes expressões: resposta, especialmente quando trata da reação mais imediata ao desastre (TIERNEY; BEVC; KULIGOWSKI, 2006); recuperação, reabilitação ou reconstrução, associadas ao reestabelecimento de uma área afetada e à sua recomposição material (DE SILVA; YAMAO, 2007; KILBY, 2007; REVET, 2007; ADAMS, 2013; LE MENTEC; ZHANG, 2017); ajuda, sobretudo nos trabalhos que focam em redes humanitárias e nas políticas nacionais e internacionais de auxílio a curto prazo (TORRY, 1978; KILBY, 2007); e assistência, noção relacionada a programas e políticas de longo prazo implementados por governos, organizações internacionais e entes privados (TORRY, 1978; REVET, 2007; ADAMS, 2013).

Uma parte considerável da literatura de desastres se debruça sobre esse conjunto de atividades, com foco no impacto gerado pelo evento sobre o tecido social e no papel que indivíduos e grupos exercem para viabilizar respostas nos diversos momentos que sucedem o acontecimento principal (OLIVER-SMITH, 1996; 2009). Frequentemente, esses trabalhos se organizam em torno de dois eixos principais: por vezes, empreendem um estudo mais focado nos momentos do pós-desastre; em outras ocasiões, dão mais ênfase ao estudo das políticas do pós-desastre. Da forma como apresento aqui essas duas dimensões, não pretendo configurá-las como abordagens excludentes, mas sim como perspectivas complementares que ressaltam aspectos diferentes do pós-desastre: os momentos abrangem acontecimentos específicos e temporalidades próprias ao processo do pós-desastre, reconstruindo narrativas sobre os desdobramentos do evento principal; as políticas, por sua vez, têm como foco a criação e a implementação de projetos para enfrentar as consequências do desastre e recompor, em alguma medida, a realidade afetada.

Em um estudo focado na identificação e na classificação dos momentos do pós-desastre, Revet (2007) aponta que estes podem ser organizados segundo três etapas principais: o primeiro momento, com foco na sobrevivência, é caracterizado pela ativação de laços de solidariedade na comunidade atingida; o segundo é marcado pela chegada da ajuda profissional, com a entrada de serviços de socorro e de atores heroicos que trabalham para salvar vidas e reestruturar o meio; por fim, o terceiro estágio é o de assistência, com o estabelecimento, em um período de tempo mais longo, de um sistema de ajuda rotinizada e permeado por múltiplos atores – estatais e não estatais,

nacionais e internacionais. Esse estudo dos momentos, ao mesmo tempo que organiza cronologicamente o pós-desastre, revela a maneira pela qual o “evento” gera novos paradigmas temporais, reorganizando a vida e o cotidiano (BENSA; FASSIN, 2002).

Já a partir desse delineamento de momentos, é possível apontar o outro eixo de organização do pós-desastre: as políticas do pós-desastre, conceito que emprego para definir todas as medidas adotadas no processo de recomposição da realidade afetada. Essa noção se aproxima daquilo que Torry (1978) classificou como “*disaster welfare*”, isto é, um conjunto de formas de assistência voltadas à ajuda e à recuperação. No entanto, o conceito aqui proposto é ainda mais abrangente: em vez de focar em iniciativas de assistência, busco englobar, a partir dessa ideia, todos os esforços de recomposição que conformam o campo semântico do pós-desastre, não importando qual agente os execute – mas reconhecendo que, na maioria dos casos, esta atribuição recai sobre agentes estatais. Nesse sentido, apesar de as atividades do terceiro momento de Revet (2007) representarem os principais exemplos dessas políticas, todas as outras iniciativas implementadas por múltiplos atores nos momentos de sobrevivência e socorro estão incluídas. As políticas do pós-desastre são, portanto, transversais aos momentos que sucedem o evento original.

Essas duas dimensões de incursão no pós-desastre oferecem enquadramentos possíveis para um estágio complexo e multifacetado que põe uma diversidade de atores em interação. Nessa combinação de momentos e políticas, organiza-se o pós-desastre como sucessão de novos acontecimentos e criação de novas situações, rotinizando o desastre e suas incertezas. Contudo, esses dois aspectos do pós-desastre são frequentemente mesclados pelos autores nas análises dos vários casos que compõem a bibliografia de desastres. Da antropologia mais clássica aos eventos mais recentes, momentos e políticas se cruzam para descrever e interpretar o pós-desastre em profundidade. A seguir, exploro alguns exemplos concretos, destacando a presença dessas dimensões.

Em um dos estudos antropológicos clássicos, Firth (1959) aponta que a resposta a furacões que afetaram a ilha de Tikopia em 1952 era, em grande medida, organizada pela reciprocidade e pela articulação local daquela sociedade, que se engajava em esforços de limitar o uso de certos recursos e de empregar, sem exaustão, a força de trabalho disponível para a sua reconstrução. Já no caso dos tufões que atingiram a população Yap, igualmente na Oceania, Schneider (1957) indica que a forma como a coletividade

atribuía significado ao desastre – visto como punição das divindades a uma ação humana que rompeu a coesão interna, refletindo-se na dinâmica de poder dos feiticeiros e do chefe – implicava a compreensão da reconstrução como processo de reestabelecimento de laços emocionais, sociais e de confiança, expurgando e superando o malfeito. Nesse sentido, era distinta de articulações pós-desastre observadas nos Estados Unidos, em que os serviços de socorro oficiais e a atuação altamente especializada eram a regra (SCHNEIDER, 1957). Isso revela a existência, naquele contexto, de duas formas distintas de se encarar o desastre e, simultaneamente, aponta disparidades em relação à disponibilidade de recursos materiais.

Esse processo de profissionalização e rotinização da ajuda, característico do segundo e do terceiro momentos observados por Revet (2007), tem outras ocorrências na literatura sobre o tema. É o caso, por exemplo, da erupção de um vulcão que afetou a população Orokaiva, em 1951. Em dois trabalhos com perspectivas distintas, Belshaw (1951) e Keesing (1952) registram que a maior presença de tropas e estruturas de Estado na região levaram a uma resposta mais próxima do socorro profissional e da assistência rotinizada. A partir dessa possibilidade de intervenção, os esforços de ajuda, caracterizados por sua tecnicidade, foram atravessados por interesses governamentais. O desastre serviu, assim, como porta de entrada para políticas de desenvolvimento que passavam por uma reorganização do espaço e da dinâmica social daquela população.

No desastre de Bhopal, caso de vazamento industrial com contaminação em massa ocorrido em 1984, na Índia, Das (1996) demonstra que o pós-desastre se caracterizou pela intervenção estatal que buscava agilizar a reparação das vítimas a partir de uma lei e um acordo judicial. Isso foi atravessado por um processo de legitimação do Estado indiano como agente de reparação e pela consequente apropriação do sofrimento das vítimas por uma miríade de atores que buscavam traduzir seus sentimentos e suas percepções em discursos burocráticos, médicos e jurídicos.

A respeito do desastre nuclear de Chernobyl, Petryna (2002) mostra como, no longo prazo do pós-desastre, a categorização das vítimas segundo níveis de exposição serviu de base para definir o acesso a diferentes tipos e graus de benefícios. Na Ucrânia, esse processo de estratificação deu origem a uma série de “demandas, privilégios, leis e identidades” (PETRYNA, 2002), conduzindo as vítimas a um trabalho de constante busca por reconhecimento para manter seu acesso a benefícios sociais no pós-desastre.

No recente caso do Haiti após o terremoto de 2010, Corbet (2017) narra, naquela que seria a terceira etapa do pós-desastre, que o papel da ajuda internacional, já parcialmente presente pela instabilidade do contexto político local, foi fundamental para suprir uma insuficiência do Estado, apesar de gerar diferenças de tratamento entre haitianos e agentes internacionais, inclusive no processo de gestão das mortes.

Em uma outra dimensão do pós-desastre, Le Mentec e Zhang (2017) destacam as políticas de patrimonialização e desenvolvimento nas zonas chinesas de Beichuan e Wenchuan, em que áreas devastadas pelo terremoto de 2008 foram alvo de iniciativas implementadas pelo governo, com a intenção de reforçar o patriotismo e reerguer a região a partir do turismo. Assim, por meio de medidas como a recuperação da infraestrutura, a transformação das ruínas em locais históricos e o reconhecimento das práticas culturais da minoria Qiang como patrimônio intangível, o governo central buscou mostrar a potência chinesa e o papel da solidariedade nacional na superação da tragédia. Entretanto, a presença do Estado e a falta de participação da população nesse processo são apontadas por Le Mentec e Zhang (2017) como fatores associados ao desconforto das vítimas do terremoto com as políticas adotadas e às críticas locais à mercantilização do desastre e da cultura Qiang.

Em um exemplo de desastre não associado a um evento natural, os Estados Unidos se depararam, em 2001, com um dos acontecimentos mais marcantes de sua história: os ataques do 11 de setembro. Na perspectiva da literatura de desastres, esse evento de graves consequências deu origem a políticas de recuperação e reconstrução com verbas federais, estaduais e municipais, em uma dinâmica que beneficiou as vítimas do evento diante de suas novas necessidades, mas também favoreceu o acesso da iniciativa privada a investimentos subsidiados (DAMIANI, 2008; GOTHAM; GREENBERG, 2008).

Processo similar se deu após o furacão Katrina, responsável por fortes impactos sobre a cidade de Nova Orleans em 2004. Se, em um momento inicial de socorro profissional, o pânico e a criminalidade retratados pela mídia foram fundamentais para a entrada de autoridades militares no gerenciamento de resposta e ajuda (TIERNEY; BEVC; KULIGOWSKI, 2006), a etapa seguinte foi de canalização de verbas públicas para interesses privados. Nesse momento mais distante do impacto imediato, Adams (2013) narra que o processo de reconstrução e assistência a longo prazo foi

marcado pela formação de uma “economia da comoção” (“*affect economy*”, no original): um chamado ao voluntariado aliado a recursos federais e investimentos empresariais. Segundo o autor, isso foi possibilitado por uma combinação de trabalho gratuito ou mal remunerado, caridade, “filantropocapitalismo” e parcerias público-privadas, o que produziu lucros elevados e resultados insuficientes na recuperação.

Em suma, esses casos representam uma seleção extraída de alguns dos muitos trabalhos que lidam com o pós-desastre e com os esforços dos atores para recompor a realidade gravemente afetada. Tais estudos ajudam a perceber como se dá a articulação de momentos e políticas no pós-desastre, revelando seu potencial para a compreensão de processos de mudança social induzidos por esses acontecimentos.

Na seção a seguir, concentrarei esforços nas políticas do pós-desastre, estabelecendo um diálogo com perspectivas externas aos estudos de desastre para propor caminhos de expansão de seu potencial analítico.

## 4. As políticas do pós-desastre e sua implementação: construindo uma agenda de pesquisa

Como ressaltado anteriormente, as políticas do pós-desastre englobam todas as medidas adotadas no processo de recomposição da realidade afetada, bem como os interesses implícitos e explícitos em sua concepção e sua implementação. A preocupação central aqui, no entanto, está na sua implementação e nas interações que as políticas concebidas e executadas no pós-desastre originam. Afinal, quais atores e quais relações são introduzidas por essas iniciativas? Como as pessoas compreendem essas políticas e como as negociam? Pensando nisso, pretendo explorar o potencial analítico de se estudar o pós-desastre como um processo de implementação de *policies*<sup>2</sup> – ou, como tratarei, de políticas do pós-desastre. Essa perspectiva revelará a articulação de políticas de diferentes tipos no momento que se sucede ao desastre, originando processos complexos de mudança social. E, mais além, apontará a entrada de novos atores no decorrer do pós-desastre: o Estado e seus representantes, categorias técnicas e burocráticas, grupos de socorro profissional e ajuda humanitária internacional, vítimas, entre outros.

<sup>2</sup> Opto por fazer uso do termo “*policy*” ou “*policies*”, em sua forma inglesa, por acreditar que não há tradução precisa para o significado que a palavra carrega. Ao que parece, expressões como programa, política, projeto ou, a depender do caso, política pública são boas aproximações, mas que correspondem a apenas uma parcela do significado bastante abrangente da noção de “*policy*”.

Há, na bibliografia de desastres, uma importante abertura para essa abordagem, encontrada na proposta de Revet e Langumier (2015) para uma pesquisa que leve em conta fatores estruturais e práticos articulados em contexto no pós-desastre. Essa agenda se baseia no encontro entre dois planos de análise: por um lado, o dos dispositivos que operam no “governo do desastre” e no “governo por meio do desastre”; por outro, o das práticas e das atividades rotineiras que diluem o desastre no cotidiano. Para eles, o grande potencial dessa realidade complexa reside entre esses dois planos; está, em suma, na capacidade de se compreender o poder desses dispositivos e, ao mesmo tempo, de se reconhecer o espaço que eles deixam para as práticas dos atores.

A primeira dimensão dessa análise trata de um problema de governabilidade em escala ampla, composto pelo que Revet e Langumier (2015) chamam de “governo do desastre” e “governo por meio do desastre”. Segundo eles, governar o desastre é empregar ferramentas, dispositivos e práticas que se estendem do nível local ao transnacional para assegurar o cumprimento de orientações e normas cada vez mais homogêneas. Assim, se é recorrente na literatura especializada a ideia de que o desastre é seguido por um estado de exceção (DAS, 1996; BECK, 2010), as práticas de governo do desastre seriam uma forma de regular a exceção. Nesse sentido, aproximam-se da noção de “governo humanitário”, que, para Didier Fassin (2012), consiste no conjunto de valores, procedimentos e ações justificados por princípios morais que orientam organizações humanitárias.

A partir dessas operações, Revet e Langumier (2015) apontam para a rotinização e a normalização do excepcional. Nesse processo, o governo do desastre se torna um humanitarismo convertido em princípio gerencial. Isso revela a presença do “governo por meio do desastre”: nele, é por meio da emergência e do risco iminente que se implementam prioridades, preocupações e práticas excepcionais com a finalidade de aprofundar a gestão cotidiana do pós-evento. O governo por meio do desastre é, então, fruto do processo de ordinarização do governo do desastre.

Esses dois níveis complementares da escala de análise que os autores chamam de “dispositivos” de governo se contrastam com uma dimensão conformada pelo cotidiano dos atores locais. Nessa perspectiva, frequentemente ignorada, as pessoas não se limitam aos papéis que o desastre impõe – vítimas, deslocadas, atingidas. No dia a dia do pós-desastre, as práticas e as táticas de rotina são mantidas nas atividades mais

ordinárias; assim, apesar do caráter excepcional da situação vivida, as pessoas conduzem suas vidas muito além do evento extremo e de suas consequências. Ao mesmo tempo, esse saber cotidiano é operado nas relações típicas do pós-desastre, influenciando as interações com novos atores, recursos e problemas que surgem nos esforços de reconstrução e ajuda. Conforme esse contato se intensifica, os modos de governar a exceção são, então, questionados, transformados e deturpados (RENET; LANGUMIER, 2015).

Nessa perspectiva, seria possível identificar a existência de diferentes “regimes de engajamento” (RENET; LANGUMIER, 2015) que definem os contornos do papel exercido pelos atores em cada contexto. Isso demarcaria as múltiplas identidades em jogo, presentes nas interações concretas em diferentes níveis. Com isso, um dos pontos centrais dos autores parece ser o de que não necessariamente as relações desenvolvidas e representadas nas políticas do pós-desastre são estanques: elas se cruzam, se invertem, se confundem, se constroem e se desfazem, em um processo que articula dispositivos e práticas e envolve uma pluralidade de indivíduos e grupos, costurando governabilidade e cotidiano.

É nessa proposta de abordagem que a literatura de desastres se aproxima de uma bibliografia focada em políticas públicas e projetos – ou, em geral, daquilo que se define como policy na produção anglófona. Em seu trabalho sobre políticas de desenvolvimento, David Mosse (2005) explora as disparidades e as mediações entre a forma como entes técnicos e governamentais concebem as políticas e a forma como elas são colocadas em prática. Na realidade, a perspectiva proposta pelo autor para analisar projetos na Índia busca resgatar a agência dos atores envolvidos e observar concretamente como se davam as relações no processo de implementação; assim, abrindo o que chamou de “caixa-preta da implementação” (“*implementation black box*”, no original), propôs uma análise da relação entre a política, como iniciativa ou projeto concebido por um corpo de especialistas, e as práticas envolvidas em sua execução por gerentes, técnicos e atores locais.

Ao propor essa perspectiva, Mosse (2005) se contrapõe a outras duas abordagens do mesmo campo de estudos: a instrumental e a crítica. A visão instrumental dos projetos de desenvolvimento, segundo ele, é aquela que os concebe como solução racional de problemas, em um processo que engloba criação e execução. Segundo essa visão,

um projeto deve contar com uma definição adequada dos problemas, um desenho correto das medidas para solucioná-los e uma adoção de mecanismos de gestão dos meios e/ou dos resultados da implementação.

Por sua vez, a visão crítica das políticas de desenvolvimento é aquela que as caracteriza como discurso técnico e racional voltado ao exercício de poder ou dominação burocrática. Como aponta Mosse (2005), essa abordagem qualifica as iniciativas de desenvolvimento no plano internacional como portadoras de uma agenda de submissão, realizando intervenções planejadas em descolamento com a realidade histórica, social e política dos países de implementação. Assim, estariam fadadas ao fracasso.

É diante dessa divisão que Mosse propõe tomar a perspectiva dos atores como referência para analisar a implementação das políticas; assim, em vez de pensar os projetos como intervenções racionais para solucionar problemas ou como iniciativas de dominação, cabe inquirir como os atores compreendem e operam as noções e os mecanismos criados pelas políticas e como praticam a implementação desses programas. Nesse processo, importa não apenas o que os gerentes *in loco* e os técnicos fazem, mas também a forma como são construídas as relações e mediações com instituições, comunidades, grupos e indivíduos, já que estes também influenciam e negociam a implementação. Em outras palavras, trata-se de estudar a “vida social dos projetos, organizações e profissionais” (MOSSE, 2005, p. 6).

Em diálogo com Revet e Langumier (2015), estudar a vida social das políticas do pós-desastre é encará-las como dispositivos de governo e compreender sua implementação como um conjunto de práticas de atores antigos e novos, buscando identificar seus pontos de contato e influência mútua. Assim, da mesma forma que os dispositivos de governo passam a permear a rotina dos atores no pós-desastre, as práticas, as táticas e as interações da vida cotidiana contribuem para influenciar, significar e negociar os modos de governar o desastre e de governar através do desastre. Desse modo, é possível conceber um programa de pesquisa focado no estudo das interações entre atores em torno de intervenções institucionais, em um processo que conforma novas relações, desafia os limites dos papéis exercidos por cada parte e posiciona o desastre como objeto constantemente redramatizado e renegociado (REJET; LANGUMIER, 2015). Essa será a abordagem adotada neste trabalho, já que é aquela que melhor permite compreender as políticas do pós-desastre em sua “vida social”.

Adicionalmente, a implementação das políticas do pós-desastre deve ser compreendida na dimensão de sua “coprodução”. Na sociologia do guichê, de tradição francesa, a noção de “coprodução” de serviços (WELLER, 1999; PIRES, 2016) engloba um conjunto de processos de implementação em redes compostas por burocratas e beneficiários. Nessa dinâmica, permeada por tensões, demandas e incertezas, cabe ao burocrata traduzir os elementos apresentados pelo potencial beneficiário às categorias que lhe são oferecidas nos âmbitos jurídico, administrativo e financeiro e, ao mesmo tempo, garantir que o usuário aceite sua interpretação dos fatos. Trata-se, então, de um jogo de interpretação e dramatização de ambos os lados, com atos e argumentos que são sempre lidos e respondidos pela contraparte.

Essa abordagem reconhece, de certo modo, o grau de criatividade exigido do burocrata para solucionar as questões apresentadas. Ao mesmo tempo, essa visão da coprodução parece, por vezes, estar focada em um tipo específico de contato, que se caracteriza pela conversão de narrativas pessoais em categorias formais da administração. Se, por uma parte da literatura, isso é encarado como um processo de enquadramento (WELLER, 1999), outra parte ressalta a violência simbólica que o processo de identificação e categorização pode implicar (DUBOIS, 1999).

Por vezes, no entanto, o encontro do burocrata com o beneficiário se dá após o processo inicial de classificação e, ainda assim, se converte em um processo de coprodução. Por essa razão, acredito que a coprodução deva ser pensada muito além da tradução entre fato e categoria: ela permeia processos como a manutenção, a adequação, a revisão e mesmo a interrupção do serviço prestado. Deve, em síntese, englobar as negociações e as encenações que incidem no processo de implementação, contribuindo para a construção de relações entre usuários e representantes da burocracia.

Esses diversos atos de coprodução, mais ou menos isolados, compõem, coletivamente, o processo de implementação de uma policy – que não pode ser definido, portanto, como uma atuação linear entre a concepção e a execução de projetos. E a ênfase nas interações que conformam a implementação é capaz, como reconhece Pires (2016), de oferecer uma perspectiva que vai além do foco nas decisões e nos graus de discricionariedade que as políticas oferecem aos agentes que as implementam.

Para Lipsky (2019), a atuação da “burocracia de nível de rua” é aquela em que um conjunto de trabalhadores de baixo nível hierárquico interage diretamente com os cidadãos destinatários dos serviços – quase sempre involuntariamente colocados em

uma relação com o Estado –, definindo seu acesso (ou não) a tais benefícios. Nessa perspectiva, os burocratas têm um poder considerável, uma vez que “proporcionam benefícios e sanções” e “detêm as chaves para uma dimensão de cidadania” (LIPSKY, 2019, p. 4). Assim, o “burocrata de nível de rua” é retratado como pessoa que, a partir de suas interações e suas decisões com distintos graus de discricionariedade, será capaz de produzir ou de se somar às políticas da organização que representa.

Cabe destacar que guichês, burocracias e processos de coprodução devem ser pensados para além do espaço meramente estatal. Afinal, eles também estão presentes na atuação privada, representados por empresas e organizações. Nesse sentido, é interessante notar como entes privados, diante de uma obrigação de reparar as consequências de eventos danosos de grande proporção, podem assumir uma posição de burocracia do desastre. A ideia de uma burocracia específica para situações de pós-desastre, formada por agentes que operam as políticas do pós-desastre em sua atuação profissional, não é algo novo na literatura do campo. Já nos anos 1970, ao identificar a existência de um “*disaster welfare*”, Torry (1978) elencou a atuação burocrática como um dos fatores mais importantes na implementação da etapa que chamou de “reconstrução” – e que, no presente trabalho, amplo para incluir as políticas do pós-desastre como um todo.

Assim, a principal contribuição da literatura sobre políticas públicas e projetos para os estudos do desastre está na capacidade de apontar a maneira como técnicos encarregados da implementação operam suas obrigações e adotam cursos de ação adicionais em suas atividades diretas relacionadas à implementação de programas. Ainda, isso confirma a ideia de que os burocratas podem exercer diferentes tipos de influência sobre a forma como políticas que foram pensadas em outros espaços são postas em prática.

## 5. Considerações finais

Neste trabalho, apresentei um amplo arco de revisão bibliográfica, que parte da ideia de “desastre” para compreender as peculiaridades do “pós-desastre” e propor um conceito e uma abordagem analítica para as “políticas do pós-desastre”. Ao longo desse processo, foi possível identificar e definir a maneira como se configura o campo de estudos do desastre, tomando essas três noções como fio condutor para as reflexões.

Nesse encadeamento de três ideias, o conceito de “desastre” foi abordado como uma categoria analítica em disputa, mas que também se apresenta a partir de uma certa definição mínima: a existência de um evento, a identificação de vulnerabilidades, a percepção de dinâmicas sociais relacionadas ao acontecimento, a presença de novos paradigmas temporais na visão dos atores e a abordagem das dificuldades vivenciadas por grupos e indivíduos afetados. Com isso, foi possível localizar essa noção em meio a um campo semântico diversificado, destacando-a como base sobre a qual se fundam estudos específicos sobre acontecimentos extraordinários e suas consequências.

Em seguida, foi explorada a ideia de pós-desastre, apresentada na literatura não como conceito analítico, mas como descrição de um recorte temporal e de um conjunto de atividades que mobilizam os atores após a ocorrência de um desastre. Nesse ponto, o pós-desastre pode ser compreendido a partir de duas dimensões distintas, mas que não se excluem: a dos momentos, que identifica uma série de situações temporais sucessivas no desenrolar dos acontecimentos que seguem o evento principal, e a das políticas, que foca nos esforços dos atores para recompor a vida afetada. Esses dois aspectos, muitas vezes, são mesclados nos diversos trabalhos sobre desastres, mas consistem, ainda assim, em enquadramentos interessantes para o estudo do pós-desastre.

Já na última seção do texto, apresentei o conceito de “políticas do pós-desastre” como forma de abranger uma pluralidade de atividades de reconstrução, recuperação, assistência, ajuda, reestabelecimento, entre outras definições frequentes. E, a partir da reunião desse conjunto de fenômenos como parte de um mesmo conceito, propus uma agenda de pesquisa pouco explorada no campo, estabelecendo aproximações entre a sociologia e antropologia dos desastres e a bibliografia sobre projetos e políticas públicas. Assim, observando a implementação de políticas do pós-desastre como um processo complexo que envolve uma pluralidade de atores na construção de mediações entre “dispositivos” e “práticas” (REJET; LANGUMIER, 2015), argumentei que a noção de “vida social dos projetos, organizações e profissionais” (MOSSE, 2005, p. 6), o conceito de “coprodução” (WELLER, 1999; PIRES, 2016) e a ideia de atuação burocrática podem ser de grande importância para os estudos do desastre.

Com isso, espero fomentar reflexões futuras, dentro e fora desse campo específico de estudos, sobre os diversos efeitos do desastre e os esforços que esse tipo de evento traz à tona. No contexto brasileiro, isso significa incentivar a produção de análises

sobre as iniciativas de reparação, recomposição e auxílio após eventos como os rompimentos em Mariana e Brumadinho, o vazamento de óleo nas praias do Nordeste, as queimadas na Amazônia e no Cerrado e a própria pandemia de covid-19. Em âmbito global, significa observar uma aproximação entre a bibliografia sobre desastres e os estudos sobre a implementação de políticas públicas, os diversos modelos de desenvolvimento e a atuação estatal e a construção, a operação e a costura de processos de intervenção na perspectiva dos atores, sejam eles técnicos, destinatários ou agentes interessados nas políticas do pós-desastre.

## Agradecimentos

A pesquisa de mestrado que deu origem a este artigo foi viabilizada por bolsas de fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (2018-2019) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ (2019). A dissertação completa será publicada em forma de livro, pela Editora Ape’Ku, em 2022.

## Referências

ADAMS, Vincanne. *Markets of sorrow, labors of faith: New Orleans in the wake of Katrina*. Durham e Londres: Duke University Press, 2013.

BECK, Ulrich. *Sociedade do Risco*. Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BELSHAW, Cyril. Social consequences of the Mount Lamington Eruption. *Oceania*, v. 21, n. 4, p. 241-252, 1951. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/j.1834-4461.1951.tb00175.x>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BENSA, Alban; FASSIN, Eric. Les sciences sociales face à l’évenement. *Terrain*, n. 38, p. 5-20, mar. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrain.1888>. Acesso em: 12 jul. 2019.

CARRIGAN, A. Towards a Postcolonial Disaster Studies. In: DELOUGHREY, E.; DIDUR, J.; CARRIGAN, A. (Ed.). *Global Ecologies and the Environmental Humanities: Postcolonial Approaches*. Londres: Routledge, 2015, pp. 117-139.

CONVERY, Ian; CORSANE, Gerad; DAVIS, Peter. Introduction. In: CONVERY, Ian; CORSANE, Gerad; DAVIS, Peter (Ed.). *Displaced Heritage*. Responses to Disaster, Trauma and Loss. Nova York: The Boydell Press, 2014.

CORBET, Alice. Haïti: des vivants et des morts. In: GARCÍA-ACOSTA, Virginia; MUSSET, Alain. (Ed.) *Les catastrophes et l’interdisciplinarité*. Paris: L’Harmattan, 2017.

DAMIANI, Bettina. Capitalization of Post-9/11 Recovery. In: GUNewardena, Nandini; SCHULLER, Mark (Ed.). *Capitalizing on Catastrophe: Neoliberal Strategies in Disaster Reconstruction*. Nova York: Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

DAS, Veena. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. Nova Delhi: Oxford University Press, 1996.

DODIER, Nicolas. Postscript: Thinking (by way of) Disaster. In: REVET, Sandrine;

LANGUMIER, Julien (Ed.). *Governing Disasters: Beyond Risk Culture*. Sciences Po Series in International Relations and Political Economy. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.

DE SILVA, D.A.M.; YAMAO, Masahiro. Effects of the Tsunami on Fisheries and Coastal Livelihoods. *Disasters*, v. 31, n. 4, p. 386-404, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-7717.2007.01015.x>. Acesso em: 29 jun. 2020.

DUBOIS, Vincent. *La vie au guichet: relation administrative et traitement de la misère*. Paris: Economica, 1999.

FALCÃO, J.; PORTO, A. J. M.; ALCÂNTARA, P. A. F. (Org.). *Depois da Lama*. Mariana e as consequências de um desastre construído. Belo Horizonte: Letramento, 2016. p. 9-31.

FASSIN, Didier. *Humanitarian reason: a moral history of the present*. University of California Press: Los Angeles, Berkeley e Londres, 2012.

FIRTH, Raymond. *Social Change in Tikopia*. Londres: Allen & Unwin, 1959.

GAILLARD, J. C. Disaster studies inside out. *Disasters*, 2019, v. 43, n. S1, p. S7-S17. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/disa.12323>. Acesso em: 30 jun. 2020.

GOTHAM, Kevin Fox; GREENBERG, Miriam. From 9/11 to 8/29: Post-Disaster Recovery and Rebuilding in New York and New Orleans. *Social Forces*, v. 87, n. 2, p. 1039-1062, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/sof.0.0131>. Acesso em: 30 jun. 2020.

HUET, Marie-Hélène. *The culture of disaster*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

JONES, Eric; MURPHY, Arthur. Linking Broad-Scale Political Economic Contexts to Fine-Scale Economic Consequences in Disaster Research. In: JONES, Eric; MURPHY, Arthur (Ed.). *The Political Economy of Hazards and Disasters*. Toronto: Altamira Press, 2009.

KEESING, F. The Papuan Orokaiva vs. Mt. Lamington: cultural shock and its aftermath. *Human Organization*, v. 11, n. 1, p. 16-22, 1952. Disponível em: <https://doi.org/10.17730/humo.11.1.kwolj9o64kv864jq>. Acesso em: 1 jul. 2020.

KILBY, Patrick. The Strength of Networks the Local NGO Response to the tsunami in India. *Disasters*, v. 32, n. 1, p. 120-130, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-7717.2007.01030.x>. Acesso em: 1 jul. 2020.

LE MENTEC, Katiana; ZHANG, Qiaoyun. Heritagization of disaster ruins and ethnic culture in China: recovery plans after the 2008 Wenchuan earthquake. *China Information*, v. 3, n. 3, p. 349-370, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0920203X17736508>. Acesso em: 1 jul. 2020.

LIPSKY, Michael. *Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. Brasília: Enap, 2019.

MOSSE, David. *Cultivating Development: An Ethnography of Aid Policy and Practice*. Londres: Pluto, 2005.

OLIVER-SMITH, Anthony. Anthropological research on hazards and disasters. *Annual Review of Anthropology*, v. 25, n. 1, p. 303-328, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.25.1.303>. Acesso em: 1 jul. 2020.

OLIVER-SMITH, Anthony. Anthropology and the political economy of disaster. In: JONES, Eric; MURPHY, Arthur (Ed.). *The political economy of hazards and disasters*. Toronto: Altamira Press, 2009.

PETRYNA, Adriana. *Life Exposed: Biological Citizens after Chernobyl*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

PIRES, Roberto Rocha C. Sociologia do guichê e implementação de políticas públicas. *BIB*, São Paulo, n. 81, p. 5-24, 1º semestre de 2016 (publicada em agosto de 2017). Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/edicoes-anteriores-es/bib-81/10572-sociologia-do-guiche-e-implementacao-de-politicas-publicas/file>. Acesso em: 1 jul. 2020.

REVET, Sandrine. *Anthropologie d'une catastrophe*. Les coulées de boue de 1999 au Venezuela. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007.

REVET, Sandrine; LANGUMIER, Julien. Introduction. In: REVET, Sandrine; LANGUMIER, Julien (Ed.). *Governing Disasters: Beyond Risk Culture*. Sciences Po Series in International Relations and Political Economy. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.

SCHNEIDER, David. Typhoons on Yap. *Human Organization*, v. 16, n. 2, p. 10-15, 1957. Disponível em: <https://doi.org/10.17730/humo.16.2.64612t8ix0136229>. Acesso em: 01 jul. 2020.

TIERNEY, Kathleen; BEVC, Christine; KULIGOWSKI, Erica. Metaphors Matter: Disaster Myths, Media Frames, and Their Consequences in Hurricane Katrina. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 604, n. 1, p. 57-81, 2006. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1177/0002716205285589>. Acesso em: 1 jul. 2020.

TORRY, William. Bureaucracy, Community and natural Disasters. *Human Organization*, v. 37, n. 3, p. 302-308, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.17730/humo.37.3.j43417116v654jq6>. Acesso em: 1 jul. 2020.

VITTI, Gustavo Schiavinatto. “Um dano que se RENOVA”: Estado e F(f)undação de processos de neoliberalização na bacia do Rio Doce. 2017. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

WELLER, Jean-Marc. *L'état au guichet: sociologie cognitive du travail et modernisation administrative des services publics*. Paris: Desclée de Brouwer, 1999.

WISNER, Ben et al. *At Risk: Natural Hazards, People's Vulnerability and Disasters*, 2nd edition. London: Routledge, 2004.

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>. Acesso em: 6 set. 2020.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. A matemática da gestão e a alma lameada: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco. 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.